

# O BRASIL JÁ TEM O QUE ENSINAR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Visão*, caderno “Brasil 71”, fevereiro 1971.

O professor Bresser-Pereira explica neste artigo, com certa dose de ironia, como e porque o governo americano está necessitando tomar algumas aulas a respeito do combate à inflação. E que melhor mestre nesse cursinho particular do que o Brasil, formado e pós-graduado, em seis anos, nesta parte?

No Brasil, nos últimos três ou quatro anos, a inflação vem paulatinamente perdendo vigor, enquanto a economia sai de uma crise e alcança elevados índices de desenvolvimento. Em contrapartida, nos Estados Unidos, a taxa de inflação, embora bem inferior à nossa, eleva-se a níveis nunca antes atingidos, ao mesmo tempo em que a economia entra em recessão. Os dois movimentos são inversos e sugerem uma análise. Neste artigo preocupar-nos-emos especificamente com a inflação brasileira. Verificaremos seu desenrolar recente, suas relações com a política de combate à inflação e com o desenvolvimento econômico. Examinaremos, em seguida, o problema das causas da inflação. Verificaremos que o fundamental é distinguir inflação endógena de inflação exógena, e examinaremos, sob essa perspectiva, a atual política de combate à inflação no Brasil. Finalmente, faremos uma referência à similaridade do problema enfrentado pela economia brasileira em 1967 e o que hoje enfrenta a economia americana.

## **A inflação na década de 60**

O quadro apresenta a taxa de inflação e a taxa de crescimento do produto, no Brasil, na década de 60. Vemos por esse quadro que a inflação vai num crescendo, até alcançar o pico de 91,4% em 1964. Em seguida, começa a declinar, mas em 1968 e 1969 revela uma tendência a estabilizar-se em torno de 22%, ou seja, em torno da média de inflação que caracterizou os anos 50 no Brasil. Por outro lado, o período mais agudo da crise econômica, quando a taxa de crescimento da renda se torna inferior à taxa de 3% de

crescimento da população, corresponde exatamente aos anos em que a inflação é mais elevada no Brasil: 1963, 1964 e 1965.

Entretanto, qualquer tentativa de estabelecer uma relação direta entre os dois fenômenos seria apressada. Há sem dúvida uma correlação entre a desorganização econômica que marcava o país em 1963 e a elevadíssima taxa de inflação desse ano, que alcançou 70,6%. A mesma relação existe com a baixíssima taxa de crescimento da renda, de apenas 1,5%. Nada nos autoriza, porém, a afirmar a existência de relação direta entre a alta taxa de inflação e a baixa taxa de desenvolvimento. Ambas têm, entre outras causas, uma origem comum: a desorganização política e econômica em que o país se encontrava.

#### **A Inflação e crescimento de renda no Brasil (% de crescimento anual)**

<b>Ano</b>	<b>Renda (Prod. Interno Líquido)</b>	<b>Inflação (Custo de vida Guanabara)</b>
1960	9,7	29,3
1961	10,3	33,2
1962	5,3	51,7
1963	1,5	70,6
1964	2,9	91,4
1965	2,7	65,9
1966	5,1	41,3
1967	4,8	30,4
1968	8,4	22,0
1969	9,0	22,6

Fonte: *Conjuntura Econômica*, vol. 24, no. 1, janeiro 1970.

Por outro lado, as baixas taxas de desenvolvimento de 1964, 1965 e 1966 estão claramente correlacionadas com a política econômica de combate à inflação aplicada pelo Governo de então. Sem dúvida, elas têm também outras causas, relativas à estrutura da economia brasileira e a seu perfil de distribuição de renda (*Visão*, 21.11.70). É irrecusável, porém, uma íntima relação entre a política de contenção da demanda, executada pelo governo Castello Branco, e a crise econômica porque passa então o Brasil. Durante alguns anos, a economia permanece estagnada. Em 1965 e no início de 1967 ocorrem duas graves retrações da atividade econômica, surgindo o problema de desemprego aberto no Brasil. Inflação e recessão econômica se somaram.

## **Inflação e política econômica**

As baixas taxas de crescimento da renda verificadas no Brasil em 1964, 1965 e 1966 estão, portanto, muito menos relacionadas com as altas taxas de inflação verificadas no Brasil nesses anos, e muito mais com a política anti-inflacionária então executada.

No momento em que, com a subida ao Ministério da Fazenda de Delfim Netto, ocorre uma mudança da política econômica, a taxa de inflação continua a diminuir, caindo de 41,3% para 30,4%, de 1966 para 1967, e para 22%, em 1968. Estabiliza-se em seguida em torno dessa taxa, não revelando o governo uma preocupação muito grande em reduzi-la. Em 1970, tudo indicava que teríamos uma taxa de inflação apenas ligeiramente inferior à dos anos anteriores. A economia voltava a se reajustar a um ritmo de inflação que lhe era habitual e com o qual alcançava altas taxas de desenvolvimento nos anos 50. Pergunta-se agora: estará certo o governo em combater tão cautelosamente a inflação? A política que vem sendo aplicada, de 1967 para cá, representa uma continuidade da política de 1964-66 ou rompe decididamente com ela? Fala-se muito em *gradualismo* como sistema de combate à inflação. Existirá realmente esse gradualismo, ou a política de combate à inflação executada por Delfim Netto é muito diversa da anterior, a ponto de tornar ilegítima a tentativa de colocar ambas as políticas sob um mesmo rótulo?

## **Inflação e desenvolvimento**

Para respondermos a essas perguntas devemos antes interrogar-nos sobre as causas da inflação brasileira e sobre a possível relação que passa a existir entre inflação e desenvolvimento econômico. Ambos os problemas estão intimamente relacionados. Se a inflação é um problema inerente ao desenvolvimento brasileiro, então haverá no Brasil correção entre desenvolvimento e inflação. Em contrapartida, se a inflação tiver causas eminentemente exógenas, se derivar do desejo dos governantes de promoverem um desenvolvimento sem sacrifícios, que, pretendendo dividir o bolo em um número de partes maior que o próprio bolo, levam o orçamento do governo ao desequilíbrio e às conseqüentes emissões, nesse caso a inflação deverá ser considerada um corpo estranho dentro da economia brasileira, o qual deverá ser extirpado com a maior brevidade possível.

Nunca foi possível estabelecer, no plano das comparações internacionais, qualquer correlação entre taxa de desenvolvimento econômico e inflação. Todas as tentativas feitas nesse sentido, sejam tentando relacionar positivamente ambos os fenômenos (quanto

maior a inflação, maior o desenvolvimento), seja procurando relacioná-lo negativamente (quanto mais próximos da estabilidade de preços estivermos, maior será a taxa de crescimento da renda), jamais chegaremos a qualquer resultado. A história econômica dos países que se desenvolveram tanto registra períodos de inflação quanto de estabilidade. Esses períodos se alternam, sem que possamos relacioná-los com o desenvolvimento, porque este tanto ocorreu em períodos de estabilidade quanto de elevação de preços. O máximo que podemos afirmar a respeito é que, em períodos de hiperinflação, a desorganização econômica daí decorrente acaba por prejudicar o desenvolvimento. Mas só podemos falar em hiperinflação quando se perde o controle dos preços, e estes começam a subir desordenada e imprevisivelmente, como aconteceu, por exemplo, no Brasil em 1962, 1963 e ameaçava ocorrer em 1964.

Entretanto, se não conseguirmos estabelecer uma correlação entre desenvolvimento e inflação quando tomamos todos os países em conjunto, isto não significa que em um determinado país, ou em um determinado tipo de país, essa correlação não possa existir. É possível imaginarmos que, para certos países, em certas fases de seu desenvolvimento econômico, as causas da inflação sejam endógenas e uma taxa moderada de inflação seja inerente ao processo de desenvolvimento. Nesse caso, uma política ortodoxa de combate à inflação poderá ter resultados altamente negativos para o desenvolvimento econômico.

A experiência destes últimos vinte ou trinta anos de inflação no Brasil parece confirmar esta última tese. Uma inflação entre 10% e 20% ao ano parece favorável ao desenvolvimento. Durante os anos 40 e 50, o Brasil alcançou elevadas taxas de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que os preços subiam a uma taxa entre 10% e 20% ao ano. Agora, voltamos novamente a nos desenvolver rapidamente, com taxas de inflação em torno de 20%.

### **Monetaristas x estruturalistas**

Durante os anos 50, discutiu-se muito o problema das causas da inflação, dividindo-se os economistas entre estruturalistas e monetaristas. Ambos entendiam a inflação como denso de demanda, decorrendo de um aumento da procura mais que proporcional à oferta. Para os monetaristas, porém, esse desequilíbrio era simplesmente causado pelos déficits governamentais e subsequente necessidade de emitir dinheiro para financiar o déficit. O decorrente aumento da quantidade da moeda em poder do público provocava um aumento de procura sem um concomitante aumento da produção, levando os preços para cima. Os

déficits do governo, por sua vez, tinham uma causa exógena; a incompetência e demagogia do governo.

Já para os estruturalistas, a inflação seria endógena, causada por estrangulamentos estruturais na oferta de certos produtos (produção de alimentos, bens importados, produção de aço, por exemplo), causados por um aumento da procura que a oferta não atendia imediatamente. As defasagens setoriais entre o aumento da procura e da oferta provocavam aumentos nos preços, os quais, sem seguida, se propagavam por toda a economia. Aumentando os preços, o próprio governo entrava em déficit, já que os preços que devia pagar, inclusive os salários, tendiam a aumentar. Neste caso, portanto, as emissões eram uma consequência, em vez de uma causa da inflação.

A estas duas posições poderia ser acrescentada uma terceira, que admitia como causa da inflação o déficit e as emissões do governo, mas não atribuía esse déficit e as emissões a simples demagogia. O déficit seria causado pelo aumento constante das responsabilidades do governo em todos os setores econômicos, fenômeno que ocorre universalmente em todos os países que se desenvolvem, inclusive o Brasil. À medida que os países se desenvolvem, aumenta a participação do Estado na economia, seja no campo dos benefícios sociais e do consumo público em geral, seja transformando-se na principal fonte de acumulação de capital, como aconteceu no Brasil, onde o governo é responsável por mais de 50% dos investimentos. Esse aumento de despesas, porém, frequentemente não é acompanhado de aumento da carga tributária, devido à fraqueza política dos governos, dominados pelos principais contribuintes, que, ou não permitem que seja modificada a legislação para se aumentarem os impostos, ou então encontram meios para não pagar seus impostos. Este fenômeno ocorreu tipicamente no Brasil nos anos 50, concomitantemente com pressões inflacionárias de ordem estrutural. Chamaremos esse fenômeno de componente monetário-estrutural da inflação, já que sua causa é monetária, mas endógena, em vez de exógena, como querem os monetaristas.

### **Inflação de custos**

Tanto a explicação monetária para a inflação como a explicação estruturalista e a versão intermediária que acabamos de resumir atribuem a inflação de uma demanda superior à oferta. Explicam a inflação em termos de inflação de demanda. Nesses termos, só são operacionais quando a economia está próspera e se desenvolvendo. Não tem sentido falar-se em procura agregada maior que a oferta em período de crise econômica, já que uma

crise ou depressão econômica está sempre relacionada com subconsumo, redução dos investimentos, desemprego, elevação dos estoques, ou seja, com redução da procura agregada.

Nos anos 60, porém assistimos no Brasil, de forma crescente, à convivência de inflação e depressão econômica. Este fato foi inicialmente observado por Ignácio Rangel em seu livro *A Inflação Brasileira*, de 1963. Dizia então que havia na inflação brasileira um componente de custos decisivo. As empresas, constantemente ameaçadas por capacidade ociosa e superprodução, causada pela sua distribuição de renda existente na economia brasileira, e principalmente pela exclusão do mercado de quase todo o setor rural brasileiro, aproveitavam-se de sua posição oligopolística no mercado e passavam a elevar seus preços autonomamente, ou seja, sem que houvesse um prévio aumento da demanda. Na medida em que a curva de procura das empresas em conjunto era inelástica, um aumento nos preços implicava em redução menos do que proporcional na quantidade vendida. Tornava-se assim possível para as empresas, como medida de defesa de seus lucros, aumentarem seus preços. Víamos-nos, portanto, diante de uma inflação administrativa ou de custos, a qual é perfeitamente compatível com uma conjuntura de crise econômica.

Poderíamos ainda acrescentar uma última explicação para a inflação, além da monetarista, da estruturalista, da monetário-estrutural e da de custos. Referimo-nos à explicação psicológica, segundo a qual a inflação seria realimentada pela taxa de inflação do ano anterior. Esta criaria, por parte dos empresários, expectativas em relação à inflação do ano em curso, levando-os a elevar os seus preços previamente para se prevenir da redistribuição da renda que a inflação tenderá a provocar. Esta é sem dúvida também uma causa importante da inflação no Brasil. Em última análise, porém, pode ser identificada com a inflação de custos, na medida em que estamos diante de aumentos autônomos de preços, possíveis devido à imperfeição do mercado.

Cabe observar que tanto para a explicação estruturalista quanto para a explicação administrativa da inflação (que, aliás, se completam, na medida em que ambas derivam de imperfeições no mercado) a alta correlação existente entre a quantidade de moeda e o nível de preços, observada pelos monetaristas em seus estudos econométricos não constitui obstáculo. Não é preciso refutar a equação de trocas, segundo a qual a renda real multiplicada pelos preços é igual à quantidade de moeda multiplicada pela velocidade-

renda da moeda, para negar a teoria quantitativa da moeda. A equação de trocas é um truísmo que não pode ser negado. Não estabelece, porém, uma relação casual. Isto é feito pela teoria quantitativa, quando explica o aumento dos preços pelo aumento da quantidade de moeda. Ora, segundo a teoria estruturalista e a teoria administrativa da inflação, é o aumento de preços que provoca o aumento da quantidade de moeda, a fim de se restaurar a liquidez do sistema. Nesses termos, a moeda seria o lubrificante do sistema econômico. Se ela perde valor devido ao aumento de preços, é preciso aumentar sua quantidade para que as transações possam continuar a ser realizadas normalmente.

A análise de Ignácio Rangel teve pouca repercussão. Os economistas ortodoxos do governo Castello Branco ignoraram-na completamente. Trataram a inflação em termos de inflação de demanda. Embora denominando sua política de gradualista, adotaram medidas drásticas para reduzir o consumo, os salários reais, o capital de giro das empresas e o déficit governamental. O resultado foi naturalmente a crise. Afrouxaram então os controles, como aconteceu no segundo semestre de 1965, em que os impostos de bens de consumo duráveis foram temporariamente reduzidos. Por isto, talvez sua política possa ser chamada de gradualista. Tratava-se, porém, de um gradualismo de remendos. A política econômica ortodoxa, copiada dos livros americanos e ingleses de economia, surtia efeito muito inferior ao esperado, ao mesmo tempo em que a economia entrea em estagnação. Esta estagnação, aliás, provoca, em 1965 e 1966, grandes saldos na balança comercial do Brasil com o exterior, já que os industriais nacionais não se sentiam estimulados a importar máquinas e matérias-primas. E o financiamento dos saldos, ironicamente, tem poderoso efeito inflacionário. Em outras palavras, a política antiinflacionária ortodoxa provoca crise, esta leva à redução da procura de importações e concomitantemente a um saldo na balança comercial. A necessidade de financiar o saldo, ou seja, de comprar as divisas dos exportadores, leva o governo ao emitir, provocando novamente a inflação.

### **Heterodoxia pragmática**

Com a subida ao poder do Presidente Costa e Silva, ocorre uma mudança de política econômica que não tem sido devidamente salientada. Delfim Netto não acredita em mero transplante de teorias econômicas estrangeiras, embora as conheça profundamente, É um heterodoxo típico, é um pragmático, que vai buscar nas mais variadas fontes inspiração para sua análise de política econômica. Auxiliado por um grupo de assistentes, escreveu ele um dos mais notáveis estudos sobre a inflação no Brasil (*Alguns aspectos da inflação*

*brasileira*, Anpes, 1965), que é um exemplo de heterodoxia econômica. Neste trabalho desenvolveu uma equação de regressão<sup>1</sup> que explica a inflação através de quatro variáveis independentes: o déficit do governo, os reajustes salariais, as desvalorizações cambiais, a inflação do ano anterior.

A primeira variável, que, aliás, é a mais importante em seu modelo, pode parecer de caráter monetarista, mas na verdade é de caráter monetário-estruturalista, na medida em que explica o déficit do governo como um processo endógeno ao desenvolvimento brasileiro. Nos termos do autor, “a crescente participação do governo, como alocador de recursos disponíveis do país, é consequência das próprias condições em que atualmente se processa o nosso desenvolvimento, baseado em modificações da estrutura da procura de bens e serviços” (pág.17).

Já a segunda variável, os reajustes salariais, é tipicamente uma variável de custos para a explicação de inflação. Trata-se porém de uma tese sobre a inflação de custos limitada, já que se refere apenas aos salários. A terceira variável, por sua vez, as desvalorizações cambiais, é uma variável tipicamente estruturalista. Finalmente, a inflação do ano anterior é essencialmente uma variável psicológica para a inflação. Trata-se da componente de realimentação da inflação, a qual, embora com uma conotação especial, pode ser identificada com a inflação autônoma de custos.

Temos portanto em um mesmo modelo, no qual foram empregados todos os rigores da análise e estatística para se estabelecer a equação de regressão explicativa da inflação, uma variável monetário-estrutural, uma variável de custos, uma variável estrutural e uma variável psicológica.

Não se imagine, porém, que Delfim Netto seja um economista estruturalista. Seus trabalhos, demonstrando que a agricultura não se constitui em ponto de estrangulamento da economia brasileira de onde houvessem derivado pressões inflacionárias, são clássicos. Adotando essa posição, entrea ele em direto conflito com os estruturalistas, que viam na baixa elasticidade –renda da oferta dos produtos agrícolas uma causa básica da inflação.

---

<sup>1</sup> Regressão é um método estatístico através do qual se relaciona uma ou mais variáveis independentes com uma variável dependente (no caso, a inflação). Tomam-se os dados das variáveis independentes relativos a vários períodos, os quais são relacionados com os dados da variável dependente dos mesmos períodos. Havendo correlação entre as variáveis, é possível determinar uma função ou equação que descreve, matematicamente, a relação entre as variáveis.

Esta heterodoxia pragmática de Delfim Netto permitiu-lhe ser heterodoxo inclusive em relação a si mesmo. Em seu trabalho acima referido, ele não havia dado grande atenção à inflação de custos. Referia-se apenas a ela falando sobre os reajustes salariais. Assim que assumiu o governo, em 1967, quando o país vivia ao mesmo tempo crise econômica e inflação, não teve dúvida em dar grande ênfase à componente de custos na explicação da inflação brasileira. No Programa Estratégico de Desenvolvimento, de julho de 1967, dizia o governo: “Nessa última fase, a inflação prosseguiu, apesar da retração da demanda, devido á inflação da elevação de certos custos, da elevação da taxa de juro, do aumento do custo médio resultante de menores vendas e da ação das expectativas”.

### **A nova estratégia**

Como decorrência dessa análise, o governo muda a sua estratégia de combate á inflação, a qual passa a ser claramente subordinada ao objetivo maior de promover o desenvolvimento do país. Na medida em que a inflação tem uma componente de custos, ela funciona basicamente com o um mecanismo de defesa de empresas monopolistas ou oligopolistas contra a retração da procura e a capacidade ociosa. É preciso, portanto, estimular a procura e impulsionar a atividade econômica. Isto é feito através de uma política de crédito muito mais liberal e de uma política salarial mais favorável que procura compensas os prejuízos sofridos pela classe operária durante o governo anterior, devido a uma previsão do chamado “resíduo inflacionário” muito abaixo do que realmente ocorreu.

Por outro lado, já que a inflação é de custos, baseada em aumentos autônomos de preços não derivados de elevação da procura, ela está baseada em mercados oligopolísticos ou monopolísticos. Ora, em mercados desse tipo, a concorrência não funciona. O sistema de preços não regula automaticamente a economia. É preciso, portanto, adicionar ao controle do mercado controles administrativos de preços. Explica-se, portanto, a grande ênfase dada pelo governo ao CIP – Conselho Interministerial de Preços. Este conselho, ao invés de controlar os preços ao nível do varejo, o que era totalmente ineficiente, vai às fontes das altas de preços e passa a contar apenas as 350 maiores empresas brasileiras. Em outras palavras, o CIP passa a controlar os preços das empresas de caráter oligopolístico ou monopolístico existentes no Brasil. Tratando-se de um número reduzido de empresas, o controle administrativo é factível. E o CIP torna-se assim um poderoso instrumento de controle da inflação. Na mesma linha de ação, inclui-se o tabelamento dos juros bancários,

que os bancos estabeleciam a níveis excessivamente altos, prevalecendo-se de sua posição privilegiada no mercado.

### **Inflação endógena e exógena**

Vemos, portanto, que a política antiinflacionária do atual governo, desde 1967, pouca coisa tem a ver com a do governo anterior. Certamente pontos comuns existem, mas os pontos conflitantes são mais conspícuos do que os pontos comuns. Se quisermos chamar a alguma das duas políticas de gradualista, certamente a do atual governo se coadunará muito mais com esse título do que a do governo Castello Branco. Mas esse nome é, a nosso ver, pouco significativo.

Na verdade, se quisermos fazer uma classificação das causas da inflação, diríamos que existem duas explicações básicas. O critério dessa classificação, porém, não é aquele que opõe estruturalistas e monetaristas, nem o que opõe inflação de demanda a inflação de custos. Estas oposições continuam importantes, mas a oposição mais importante é aquela que vê a inflação ou como endógena ou como exógena.

Inflação endógena é aquela que tem origem fora do sistema. Conforme vimos, a explicação monetarista ortodoxa é tipicamente exógena. A inflação tem como origem déficits do governo causados por incompetência e demagogia dos governantes. Neste caso impõe-se um acirrado combate, sem quartel, à inflação, que reduz a capacidade de poupança da população, desorienta os investidores, favorece as imobilizações imobiliárias, redistribui injustamente a renda, provoca a desordem no sistema econômico. Os economistas ortodoxos, que implicitamente realizam sua análise partindo sempre da existência de um mercado razoavelmente perfeito, só entendem esse tipo de inflação. Nos livros só existe, a rigor, essa explicação para a inflação. Ou melhor, existe também a explicação keynesiana, que relaciona o fenômeno com um aumento efetivo (e não apenas monetário) da procura agregada acima do ponto de pleno emprego. Mas em um nível mais elevado de abstração, tanto essa teoria quanto a clássica teoria quantitativa da moeda, que serve de inspiração para os monetaristas, podem ser enquadradas na mesma classificação.

Por outro lado, inflação endógena é aquela que tem origem na própria estrutura e dinâmica da economia. Deriva geralmente de imperfeições do mercado, que provocam seja pontos de estrangulamento na oferta de bens e serviços, propiciando uma explicação estruturalista para a inflação, seja aumentos autônomos de preços, que permitem identificar a inflação

como sendo de custos, seja, finalmente, estímulos à elevação de preços com base na inflação do ano anterior, sugerindo uma explicação psicológica (componente de realimentação) para a inflação. Mais amplamente, em sua explicação endógena, a inflação, não obstante todos os seus efeitos negativos (distorções dos investimentos, redistribuição injusta da renda, etc.), funciona como uma espécie de estabilizador do sistema econômico. As empresas, constantemente ameaçadas pela insuficiência da procura, derivada de um mercado imperfeito e pouco integrado, não só aumentam seus preços autonomamente, mas também pressionam o governo para que aumente o crédito e aumente suas compras ao setor privado. O governo, a fim de evitar a recessão econômica, responde positivamente às empresas. Comprando mais, a preços mais elevados, é obrigado a emitir. E mesmo que não o faça, como vinha acontecendo em 1970, graças a um excelente controle orçamentário alcançado pelo governo, a inflação continua a ocorrer. Basta para isto que o crédito esteja aumentando, a fim de facilitar o capital de giro das empresas. Basta que pontos de estrangulamento setoriais criem focos de elevação de preços. Baste que empresas oligopolísticas consigam elevar seus preços autonomamente, apesar dos controles do governo.

Entendida a inflação como endógena, como fez o atual governo, a política de combate à mesma tem que ser muito mais cuidadosa. Desenvolvimento e uma taxa moderada de inflação passam a ser correlacionados. Se o objetivo fundamental da política econômica é o desenvolvimento, deveremos conformar-nos com uma certa taxa de inflação. Esta certamente não precisará manter-se nos atuais níveis. Poderá ir se reduzindo. Mas sem grande pressa, sem medidas ortodoxas de limitação da demanda, sem violentos cortes ao crédito do setor privado. Estas crises de estabilização poderiam ser úteis para países desenvolvidos, mas dificilmente se aplicam a países subdesenvolvidos, e particularmente ao Brasil, já que, no momento em que as medidas restritivas são tomadas, agrava-se a crise das empresas, e estas são levadas a aumentar seus preços autonomamente ainda mais, para compensar a diminuição de produção e de vendas a que estão sendo submetidas.

### **Mudança de papéis**

Mesmo para os países desenvolvidos, porém, há hoje indicações claras de que estas crises de estabilização e a teoria econômica ortodoxa a respeito de inflação não mais funcionam tão bem. Este fato tornou-se recentemente dramático com a concomitância de crescente inflação e recessão na economia americana. O governo americano, em vista da inflação,

que já sobe a 6% ao ano, passou a combatê-la com as armas ortodoxas, diminuindo a quantidade de moeda em circulação, elevando a taxa de juro. Suas medidas, porém, serviram apenas para agravar a recessão, não tendo efeito sobre a inflação. Repete-se, portanto, nos Estados Unidos em 1970, o mesmo fenômeno que ocorrera no Brasil entre 1963 e 1967: inflação com recessão. Recentemente o Banco Federal de Reservas, vendo que sua política não surtia resultados, só provocando recessão, começou a baixar a taxa de redesconto e a aumentar a quantidade de moeda em circulação. Recusando-se porém o governo a controlar administrativamente os preços, a inflação continuava, concomitantemente com a recessão.

Em vista desta situação, estava na hora de nos oferecermos para dar algumas lições aos nossos amigos americanos... Afinal, eles já nos ensinaram tanta coisa e ainda nos ensinarão muito mais. Por que não retribuir? Por que não explicar-lhes que nos Estados Unidos também a inflação vem ganhando características endógenas? Que se trata basicamente de uma inflação de custos causada pela força monopolista das empresas e dos sindicatos americanos? E que a única solução para inflação desse tipo é copiar o exemplo brasileiro de 1967 para cá? É ser heterodoxo em matéria de teoria econômica. É procurar estimular a procura agregada, em vez de restringi-la, manter o controle das finanças públicas e exercer um controle administrativo de preços e salários, limitado exclusivamente às grandes empresas que dominam a economia americana.